

Lotes têm processo de legalização iniciado

GAZ. DE VITÓRIA

Será iniciado hoje o processo de legalização de 12.664 lotes de moradores dos bairros de Santa Rita, Porto de Santana, Santa Marta, e Maria Ortiz, englobados no programa Especial de Cidade de Porte Médio. Chegou ontem a Vitória o técnico José Jacônias de Araújo, do Ministério do Interior, que manterá os primeiros contatos com o representante do Serviço de Patrimônio da União (SPU).

Esse mesmo técnico será o responsável, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, pela execução do Programa na área da Grande Vitória — nos municípios de Vila Velha, Vitória e Cariacica. José Jacônias explicou que a sua função será a de facilitar, nos órgãos do governo federal sediados em Vitória, o desenvolvimento dos trabalhos. "Acreditamos que uma das fases mais difíceis, sem dúvida, reside na parte de legalização fundiária. Dessa forma, vou entrar em contato com o representante do SPU, para iniciarmos o diálogo sobre os lotes que serão regulamentados".

Na questão de regulamentação fundiária, um dos principais pontos do programa de Cidade Porte Médio, serão legalizados 6.690 lotes do domínio da União e 5.974 de moradores que ocupam atualmente propriedades

de terceiros. E a parte, mais cara do programa e foi orçada em Cr\$ 1.146.056.000, o que representa 22% do custo total, que é de Cr\$ 4,9 bilhões.

PREOCUPAÇÃO

Ontem, o diretor presidente da Alagados Melhoramentos S/A, de Salvador, Ailton Pinto de Andrade, chamou a atenção dos técnicos capixabas que vão atuar no programa, para um maior e melhor entrosamento entre todos os órgãos do governo federal e estadual, que estarão diretamente ligados à intervenção nas regiões de baixa renda. "Caso isso não aconteça, o programa apresentará resultados negativos, provocando desgastes para o governo. Você já pensou se, por uma falta de entrosamento, num programa de melhoria habitacional a casa ficar pronta, bonita, mas sem luz?".

Ao abordar a experiência de Salvador na área dos Alagados, no seminário "Intervenção em áreas de Baixa Renda", Ailton Pinto de Andrade disse que um programa desse tipo exige uma identificação muito grande com a população dos bairros. "Os órgãos deverão contar com todo apoio do governo para, dessa forma, atenderem às exigências do programa. O importante para a população é resposta imediata".